

# CADMO

Revista de História Antiga

Centro de História  
da Universidade de Lisboa

16

Ἰσθμίου Πηληϊάδεω Ἄγαθης  
Μηνὸν ἄειδε θεὰ Πηληϊάδεω  
Μηνῖν Ἄρτεμις Πυρραϊκήν

**PETER A. CLAYTON**, *Crónicas dos Faraós. Reis e Dinastias do Antigo Egipto*, Lisboa: Editorial Verbo, 2004, 224 pp., ilustrações, ISBN 972-22-2339-9

Esta obra teve a tradução de Francisco Silva Pereira, a partir do original inglês *Chronicle of the Pharaohs* (e não *Pharaos*, como se escreve nas referências da p. 4), de um autor que, além de egiptólogo, é numismata e director da revista *Minerva*, dedicada à arte antiga e à arqueologia. Registe-se que para o trabalho de tradução e de adaptação da complexa onomástica egípcia foi utilizado, com grande proveito para os leitores, o *Dicionário do Antigo Egipto* (Lisboa: Caminho, 2001).

Depois do sumário (pp. 4-5, não numeradas) segue-se um prefácio sobre os «Reis-deuses do Nilo» (pp. 6-7), onde o leitor é convidado para ver desfilar as largas dezenas de faraós e seus familiares compulsados para a obra, seguindo uma ordem dinástica estabelecida há muitos séculos por Maneton – só não é correcto dizer que Maneton foi sumo sacerdote em Heliópolis (não há provas suficientes). Além disso este texto prefacial diz que a máscara de ouro de Tutankhamon está avaliada em 155.000 euros (é pouco, são mais de 150 milhões de euros, embora a obra de arte em causa não tenha preço). Na p. 8 está um mapa do Egipto, mostrando em destaque a região tebana e apresentando alguns dos mais característicos símbolos da iconografia faraónica.

A Introdução (pp. 9-13) mostra uma discutível «Cronologia do Antigo Egipto», sublinhando o trabalho compilador de Maneton feito para a realeza ptolemaica a partir de várias fontes que ele teve ao seu dispor, muitas das quais depois se perderam. Convém no entanto dizer que Maneton escreveu a sua *Aegyptiaca* trezentos anos depois da visita de Sólon ao Egipto e não antes, como se lê na p. 9. Apresentam-se as fontes que permitem hoje suportar a cronologia egípcia, desde as listas reais a outros dados (nomeadamente os de carácter astronómico).

As pp. 14-15 abrem com «Os primeiros faraós: O Período Dinástico Inicial», inserindo na base um esquema de apoio gráfico, muito útil para o leitor, que depois se vai repetindo ao longo do livro, mostrando a linha evolutiva cronológica das várias dinastias. Mas ao reparar-se na proposta de datação para o «Período Dinástico Inicial» (3150-2686 a. C.) uma perturbação logo se instala perante tão suspeita «minudência», que aqui não é justificada para tempos tão recuados. O incómodo suscitado por datas tão «precisas» continuará,

porque mais à frente o Autor põe o Império Antigo a terminar em «2181 a. C.» (!?).

Por outro lado, fazer recuar a chamada «dinastia 0» para 3150 a. C., e aí colocar Narmer, parece exagerado. Depois, há que fazer «remendos» para compensar tanta largueza cronológica, o que vem a dar para os cerca de duzentos anos (?) da II dinastia (2890-2686 a. C.) apenas cinco reis, o que é muito estranho – são poucos reis para tantos anos (p. 26). É verdade que todo este capítulo (pp. 14-29), dedicado ao «Período Dinástico Inicial» (mais valia ter-se traduzido para Época Arcaica, como se usa no nosso país), luta com falta de fontes, mas as datações aqui apresentadas são de facto muito controversas.

Percorrido o longo caminho que vai de Narmer a Khasekhemui, durante o qual se consolida a unificação do Egipto, segue-se o capítulo sobre «Os Construtores de Pirâmides» (pp. 30-37), indo da III à VI dinastia, correspondente ao Império Antigo, aqui balizado entre «2686-2181 a. C.» Merecem compreensivo relevo os reis Djoser, Seneferu, Khufu, Khafré e Menkauré, destacando-se as pirâmides de Saqqara (*sic*) e de Guiza, com as pirâmides de Dahchur pelo meio. Nas páginas de apresentação de cada um dos monarcas, com o respectivo nome hieroglífico (incluindo outras versões de redacção), insere-se um pequeno quadro com os nomes dos familiares e lugar de sepultamento, continuando esta metodologia em todo o livro.

O capítulo sobre «Caos e Renascimento» (pp. 68-97), que vai da VII à XVII dinastia, inclui o Primeiro Período Intermédio (2181-2040 a. C.), com o colapso da autoridade central e a falência da *maet*, e com faraós rivais em Mênfis e Heracleópolis, a restauradora XI dinastia do Império Médio (2040-1782 a. C.), indo desde Mentuhotep I à XII dinastia (2020-1782 a. C.) que terminará com a rainha Sebekneferu (Sebekneferuré). Aqui se assinalam as grandes características da época: a reunificação do Egipto, o grande brilhantismo na arte e na literatura e a expansão na Núbia. Tudo termina com o Segundo Período Intermédio (1782-1570 a. C.) e a imparável invasão dos Hicsos impondo o firme domínio asiático no Delta, a partir da sua capital em Auaris.

Segue-se um capítulo intitulado «Senhores de um Império» (pp. 98-171), dedicado ao Império Novo (1570-1070 a. C.), que inclui a XVIII, XIX e XX dinastias e marca um dos momentos de glória do Egipto. Aqui se lembra a restauração do «domínio egípcio local» com Ahmés e os seus mais directos sucessores – mas não parece correcto atribuir a Tutmés I uns curtos seis anos de reinado e a Tutmés II uns longos catorze, foi exactamente ao contrário, conforme se pode deduzir

consultando abalizados egiptólogos que estudaram esta época (cf. Erik Hornung, entre outros). Merecem depois justificado realce a rainha-faraó Hatchepsut, o combatente Tutmés III, Amen-hotep II, Amen-hotep III, o reinado do «herético» Akhenaton, depois Tutankhamon, Horemheb, Seti I, Ramsés II e Ramsés III, entre outros.

O «Enfraquecimento do Poder Faraónico» é o tema do capítulo seguinte (pp. 172-205), com o Terceiro Período Intermédio (1069-525 a. C.), da XXI à XXV dinastia núbica, vendo-se a sucessão de dinastias no Delta, de Tânis, Bubástis e Sais, terminando com a intervenção do rei de Kuch destinada a repor a ordem no Egipto. Quanto à Época Baixa (525-332 a. C.), aqui chamada de «Período Tardio», numa lamentável passagem da versão inglesa, ela propicia a evocação dos seus reis que se englobam nas XXVI-XXX dinastias, incluindo a XXVII dinastia com os soberanos aqueménidas.

O percurso histórico vai terminar com o domínio estrangeiro, primeiro de origem greco-macedónia, depois romana (pp. 206-217). Só que, em vez da forma mais correcta de Época Greco-Romana (que se divide em período alexandrino, período ptolemaico e período romano), aparece aqui o «Período Greco-Romano», considerado nas datas de 332 a. C-641 d. C. Depois apresentam-se «Os cinco nomes reais dos faraós» (p. 218) e uma «Bibliografia seleccionada» (p. 219). A p. 220 contém os agradecimentos e os créditos das ilustrações, estando as pp. 221-225 ocupadas por um útil Índice Remissivo.

Entre as anomalias que acima se foram assinalando, uma outra merece reparo: o abuso de iniciais maiúsculas, como se vê, ao longo de todo o livro, em «Dinastia», «Sumo Sacerdote» «Coroa Vermelha», «Coroa Branca», «Chanceler», «Rainha-Mãe», «Esposa do Rei», «Pilone», «Ano» (nas datações reais), etc., transformando assim substantivos comuns em substantivos próprios. Pelo contrário, hicsos surge com inicial minúscula quando devia ir com maiúscula. Refira-se que não se escreve «heliopolita» mas sim heliopolitano (p. 60), e que Merimés, vice-rei da Núbia sob Amen-hotep III não era filho do rei – o título de «filho real de Kuch» (*sa-nesu en Kuch*) não deve ser entendido do ponto de vista biológico, é apenas de carácter administrativo (p. 115).

É costume os nomes dos papiros egípcios virem em itálico (*Papiro Westcar, Papiro Edwin Smith, Papiro Abbot*, etc.), o que aqui não sucede. Quanto ao nome do deus Amon ele surge desnecessariamente acentuado (Ámon), sendo muito perigoso o dislate da p. 81 quando se diz que Senuseret I reconstruiu um templo para o deus «Ré-Aton» – devia estar Ré-Atum (Aton e Atum são deuses muito diferentes).

Vê-se que foi utilizado com vantagens o *Dicionário do Antigo Egipto*, assim evitando as habituais discrepâncias que se vêem em obras em português traduzidas de originais estrangeiros, com as perturbantes trocas de nomes de reis e de deuses, figuras históricas diversas e topónimos. Mas esse cuidado não evitou algumas anomalias a nível topográfico, como Macedon (é Macedónia), Hieracômpolis (em vez de Hieracômpolis), Saqqara (em lugar de Sakara), e onomástico, como Meritates (em vez de Meritités), Cassender (em vez de Cassandro), além de faltar o *t* no nome Seheteptauí, e o *r* em Meribré. O prenome do rei Mentuhotep I é Nebhepetré e não Nebhetepré, a tradução de Niuserré não é «Possuído pelo poder de Ré», em descabida forma passiva, mas sim «O poder pertence a Ré» (cf. com Nimaetré), entre outras incorrecções na onomástica real. Por outro lado, não é o «Período Tardio» mas sim Época Baixa, termo que está desde há muito consagrado, não se diz «Textos da Pirâmide» mas sim «Textos das Pirâmides», não são os «Textos dos Caixões» mas «Textos dos Sarcófagos»...

Terá faltado nesta versão em português uma revisão científica, embora nem sempre uma revisão científica consiga eliminar erros, como se verificou no luxuoso álbum editado por Regine Schulz e Matthias Seidel que na versão portuguesa recebeu o título de *Egipto, o Mundo dos Faraós* (Könemann, 2001), e que tem demasiadas e perigosas anomalias. Pode dizer-se que, mesmo assim, nesta obra de Peter Clayton, em boa hora produzida pela Editorial Verbo, e que aqui recenseámos, foram evitadas as grosserias que se vêem noutras edições e traduções, tornando este volume um útil instrumento de trabalho para estudantes e público em geral, embora com as cautelas que se enumeraram, sendo desejável que uma segunda edição a possa aprimorar.

**Luís Manuel de Araújo**

**LUZIA SEROMENHO**, *O Povo do Nilo. O Egipto dos Faraós*, Lisboa: Edições Sílabo, 2005, 150 pp., ISBN 972-618-383-9

A Autora desta obra de temática egíptológica, licenciada em História, na variante de Arqueologia, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, é professora do ensino básico e secundário e, de acordo com a breve biografia inserida na contracapa do livro, frequenta actualmente na referida universidade o